

Estudantes realizam ato para lembrar um ano de mobilização

Completando um ano de resistência às ações autoritárias da reitoria comandada por Anna Cintra, os estudantes organizaram um pequeno ato na Prainha na noite de quarta-feira, 13/11, para mostrar que não se esqueceram do golpe que a universidade levou em 2012.

Com algumas falas, diversos estudantes se manifestaram, declarando repúdio à reitoria e ao cardeal dom Odilo Scherer, prometendo continuar o movimento por democracia e pedindo o fim da lista tríplice nas eleições, além de lutar pelos eixos históricos do movimento, como mais qualidade e menor preço do bandeirão, bolsas de estudo, creches para pais e mães que necessitem deixar seus filhos e fim da precarização dos funcionários e professores.

Os presentes também convidaram toda a comunidade a construir uma campanha pelo fim da lista tríplice durante o ano de 2014, por entenderem que a lista fere a democracia.



Estudante fala durante ato na Prainha

UM ANO DE NOMEAÇÃO DE ANNA CINTRA

A PUC-SP de mal a pior

No dia 13 de novembro de 2012 a comunidade puquiense foi abalada por um dos mais acintosos atos contra a autonomia universitária: o Grão Chanceler da PUC-SP, dom Odilo Scherer, na direção oposta de todos os seus antecessores, nomeou a professora Anna Cintra, última colocada no pleito de 2012, como reitora da PUC-SP. A flagrante quebra da democracia universitária gerou uma pronta reação de estudantes, professores e funcionários, que interromperam as suas aulas e declararam-se em greve. As manifestações correram até o final do ano e, com a posse da reitora nomeada, os alunos passaram a inviabilizar os conselhos universitários programados para fevereiro e março de 2013.

Hoje a comunidade aguarda o julgamento da ação interposta pelos estudantes, que já redundou em vitória em 1ª instância e que deverá ter o julgamento de mérito proximamente. Apesar de ser um atributo do Grão-Chanceler a escolha através da lista tríplice, os estudantes questionam a legitimidade da reitora que, segundo o processo, faltou com o decoro ao proclamar em debate eleitoral, que não aceitaria a indicação para o cargo caso não fosse a primeira colocada.

Passado um ano daquela infausta data o saldo de gestão de Anna Cintra que presenciamos hoje ainda é mais desolador. Em entrevista ao *PUCviva*, a então candidata declarou, em abril de 2012, que a PUC-SP deveria passar por "um choque de gestão que mudasse a forma de discutir as coisas",

e entre suas prioridades estavam "privilegiar um projeto acadêmico para a universidade", manter a autonomia universitária e uma política de enfrentamento da perda de alunos.

O panorama atual é de uma PUC-SP cada vez menor, com a redução prevista para 2014, cortes de horas administrativas e acadêmicas, aumento do número de alunos para abertura de turmas iniciais e mensalidades subindo sempre acima da inflação e colocando a procura pela PUC-SP em patamares baixos. Por outro lado a maximização continua firme e forte, as tabelas salariais diferenciadas se perpetuam, os funcionários ameaçados semanalmente pelas "demissões pontuais" e ainda sem um plano de cargos e salários definido. A professora Anna, que em sua entrevista declarava que deveria redefinir o papel das entidades, não mostrou nenhuma habilidade para o diálogo, preferindo a truculência dos processos políticos contra a professora Bia Abramides, diretora da APROPUC, e ameaças a estudantes que protestavam.

Pior ainda, hoje vemos uma reitoria fragmentada por dissensões internas, exercendo papel decorativo, submetida como nenhum outro gestor aos ditames da Fundação São Paulo.

Por tudo isso este "aniversário" deve ser profundamente lamentado por todos aqueles que ainda acreditam em autonomia universitária e que juntos se empenharam para o crescimento de uma universidade grande e democrática ao longo das últimas décadas.

Manifesto do Movimento pela Democracia na PUC-SP

Há exatamente um ano a PUC-SP passou por um momento decisivo em sua história. Contrariando a tradição democrática da universidade, uma candidata rejeitada pela comunidade no processo eleitoral foi empossada pelo cardeal a pretexto de um mecanismo arcaico em nosso regulamento: a lista triplíce.

O golpe na universidade completa um ano esta semana. São inúmeras as considerações que podem ser feitas sobre o retrocesso que tal fato representou ou sobre o descomunal desrespeito que a Fundasp teve com uma instituição vanguardista e com décadas de tradição democrática. Passamos por um ano movimentado de lutas estudantis que falam por si, entretanto, o golpe não significa apenas um capricho autoritário do cardeal e é justamente isso que preocupa os alunos e todos aqueles que têm apreço pela PUC-SP.

Nossa universidade passa hoje por um alarmante processo de apequenamento, de mercantilização do ensino e de supressão do movimento estudantil. Eventos recentes confirmam este cenário e traçam um panorama sombrio para nosso futuro. Professores como Bia Abramides e Jorge Cláudio têm sofrido perseguição dentro da universidade, a primeira inclusive teve uma sindicância instaurada por conta de seu posicionamento contrário ao golpe. As atividades estudantis também sofrem repressão dentro do campus, o repasse foi praticamente extinto



AGÊNCIA ON-LINE MAURICIO TRAGTENBERG

Estudantes realizam mais uma manifestação contra a posse de Anna Cintra

tornando inviável a continuação de certas atividades como a AJ (Assessoria Judiciária) do curso de Direito, que tem tradição de anos na prestação de serviços jurídicos à população carente. A segurança patrimonial age com cada vez mais truculência com os alunos, fugindo até mesmo dos limites legais de suas ações. Arame farpado e graxa chegaram a ser utilizados para impedir a livre movimentação dos alunos pelo campus.

O mais preocupante de todo este processo é o caráter mercantilista e a visão estreita que tem sido apresentada pela reitora empossada e por seus mentores da Fundasp quanto aos rumos acadêmicos da universidade. A visão é de

completo apequenamento da instituição a fim de enquadrá-la na atual visão de austeridade da Fundação. Cursos históricos da PUC-SP correm sério risco de serem extintos, muitos outros passarão por uma redução de seu escopo, chegaram a cometer o absurdo de enviar uma carta aos diretores de departamento pedindo indicações de professores para que sejam demitidos. Os Programas de Educação Tutorial (PETs) não mais contarão como horas aula dos professores, gerando um grande incentivo para que os programas percam qualidade e atenção prejudicando a produção acadêmica dos cursos.

Tudo indica que os rumos escolhidos para a PUC-SP não

são os da excelência e produção acadêmica, mas sim o da adequação financeira, do corte de custos, da educação como negócio e o de uma universidade caça-níqueis, que da tradição e do respeito da antiga PUC herdará apenas o nome.

Os alunos da PUC-SP são contra este processo, contra o retrocesso político, contra a reitora empossada. Os alunos da PUC-SP querem ver uma PUC-SP forte, viva, livre e atuante. Os alunos da PUC-SP querem garantir um futuro tão brilhante para a universidade quanto foi o seu passado e, por meio desta, manifestam-se.

Movimento pela Democracia na PUC-SP

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jomal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Seminário antecipa vinda de István Mészáros à PUC-SP

Entre os dias 11 e 13/11, aconteceu na sala 100 da PUC-SP um seminário sobre a obra de István Mészáros, organizado pela Editora Boitempo. O evento preparou a vinda do filósofo húngaro ao Brasil, justamente uma semana antes de sua conferência no TUCA, que acontece dia 18/11 e marca o lançamento de três novos livros: "O conceito de dialética em Lukács", "Para uma ontologia do ser social II" e "György Lukács e a emancipação humana".

Na segunda-feira, 11/11, Maria Holanda esteve na pontifícia para falar do livro "Para além do capital", grande obra de Mészáros.

Segundo ela, o subtítulo uma "teoria de transição" é importante para compreender a obra e o próprio autor, uma vez que o filósofo marxista húngaro sempre se preocupou mais com a transição do sistema capitalista para o comunismo do que necessariamente com a teorização da sociedade ideal.

Segundo ela apesar de os cinco primeiros capítulos da obra serem o núcleo duro filosófico do livro, mais abstratos e reflexivos, o resto do livro trabalha com base na realidade concreta.

No início da aula, ela afirmou que, para compreender a obra, é fundamental entender o conceito de sociometabolismo do capital, ou seja, o sistema social baseado nas necessidades do capital, a saber, expansão e acumulação infinitas e incontáveis. "Pela primeira vez na história, está sendo construída uma sociedade completamente totalitária, mundial e onipresente, que é a sociedade do capital", afirmou Holanda.

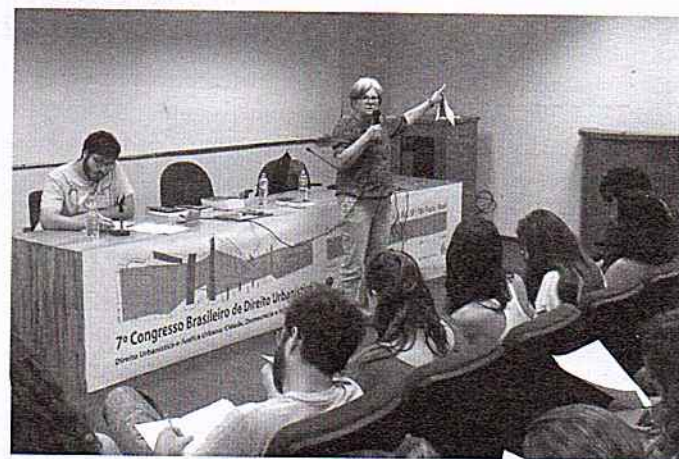
Conforme Mészáros, o longo período de ascendência histórica do capital durou do século XIX até o final da década

de 70, quando o sociometabolismo do capitalismo atinge todas as outras formas de sociedade que não a capitalista, a partir da expansão e acumulação, e as sociedades passam a ser reféns do próprio capital em todo planeta. Ou seja, o sociometabolismo capitalista atinge um patamar totalitário.

O sistema sociometabólico do capital é composto de três sistemas fundamentais: o capital, o trabalho e o Estado. Nesse sistema, o capital tenta subordinar o trabalho de todos os modos possíveis e conta com o Estado para impor ordem a esta tensão permanente entre as personificações do capital e do trabalho, como as classes sociais.

Este sistema está mais evidente pelo menos desde a crise de 1929 até os dias atuais, basta verificar o papel que o Estado cumpre nas crises capitalistas ou mesmo o novo conceito de neodesenvolvimentismo, onde esta lógica reaparece sob outra forma, mais atual e contemporânea do que a do desenvolvimentismo.

Sendo assim, o advento do



Maria Holanda fala sobre o livro "Para além do capital"

neoliberalismo é o cume desse sistema sociometabólico, onde as possibilidades de realização humana são subsumidas pelas possibilidades de realização do capital, que rompe todas as barreiras jurídicas, trabalhistas, econômicas, ambientais, territoriais possíveis para sua expansão e acumulação infinitas. O sistema, desse jeito, assume a forma de produção destrutiva, em que a produção se descola das necessidades humanas, vide a indústria bélica.

O capital, porém, pode existir antes e depois do ca-

pitalismo assumindo formas próprias, como a existência do dinheiro e do lucro antes do capitalismo, ou como na União Soviética, uma sociedade pós capitalista, onde o Estado acumulou o papel de capital, mas não destruiu a sua lógica por inteiro, mantendo a extração sobre o trabalho produzido.

Já no dia seguinte, na mesma sala, o professor de história Antonio Rago filho falou sobre a ideologia em Mészáros. E no último dia do seminário foi a vez de Maria Lucia Barroco contribuir com o debate.

Jornalismo debate biografias não autorizadas

O Departamento de Jornalismo e a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes da PUC-SP organizaram o debate "Biografia é Legal?", assunto discutido exaustivamente pela mídia, jornalistas e artistas nas últimas semanas, incluindo as implicações que a eventual aprovação do Projeto de Lei 393/2011 (que permite a publicação de biografias mesmo não autorizadas) traria para escritores, jornalistas, biografados, editoras, advogados, juízes, pesquisadores entre outros atores do mercado edi-

torial. O debate, coordenado pelo professor Wladyr Nader, aconteceu no auditório 117-A, no dia 11/11, e contou com a presença da professora e advogada criminalista Maria Eugênia Ferreira da Silva (PUC-SP), da professora e juíza federal Raelcer Baldresca (PUC-SP), dos jornalistas Audálio Dantas e Paula Corrêa, do músico Marco Antônio Vilalba "Pas-soca" e do autor da biografia do rapper Sabotage, Tony C. Os presentes apontaram questões importantes sobre os direitos e deveres de um biógrafo, colocando questões sobre até

onde vai processo de escrita de um livro que retrata a vida de alguém. "Se a pessoa vai e coloca uma escuta na minha casa ou revira meu lixo para obter informações confidenciais, aí eu tenho total direito de processá-lo. No entanto, biografias são feitas em cima do conhecimento público sobre alguém, além de entrevistas com pessoas dos círculos pessoal e profissional e, vez ou outra, com o próprio biografado. Não há cabimento em proibir todas as biografias não autorizadas", explicou Maria Eugênia.

Seminário antecipa vinda de István Mészáros à PUC-SP

Entre os dias 11 e 13/11, aconteceu na sala 100 da PUC-SP um seminário sobre a obra de István Mészáros, organizado pela Editora Boitempo. O evento preparou a vinda do filósofo húngaro ao Brasil, justamente uma semana antes de sua conferência no TUCA, que acontece dia 18/11 e marca o lançamento de três novos livros: "O conceito de dialética em Lukács", "Para uma ontologia do ser social II" e "György Lukács e a emancipação humana".

Na segunda-feira, 11/11, Maria Holanda esteve na pontifícia para falar do livro "Para além do capital", grande obra de Mészáros.

Segundo ela, o subtítulo uma "teoria de transição" é importante para compreender a obra e o próprio autor, uma vez que o filósofo marxista húngaro sempre se preocupou mais com a transição do sistema capitalista para o comunismo do que necessariamente com a teorização da sociedade ideal.

Segundo ela apesar de os cinco primeiros capítulos da obra serem o núcleo duro filosófico do livro, mais abstratos e reflexivos, o resto do livro trabalha com base na realidade concreta.

No início da aula, ela afirmou que, para compreender a obra, é fundamental entender o conceito de sociometabolismo do capital, ou seja, o sistema social baseado nas necessidades do capital, a saber, expansão e acumulação infinitas e incontáveis. "Pela primeira vez na história, está sendo construída uma sociedade completamente totalitária, mundial e onipresente, que é a sociedade do capital", afirmou Holanda.

Conforme Mészáros, o longo período de ascendência histórica do capital durou do século XIX até o final da década

de 70, quando o sociometabolismo do capitalismo atinge todas as outras formas de sociedade que não a capitalista, a partir da expansão e acumulação, e as sociedades passam a ser reféns do próprio capital em todo planeta. Ou seja, o sociometabolismo capitalista atinge um patamar totalitário.

O sistema sociometabólico do capital é composto de três sistemas fundamentais: o capital, o trabalho e o Estado. Nesse sistema, o capital tenta subordinar o trabalho de todos os modos possíveis e conta com o Estado para impor ordem a esta tensão permanente entre as personificações do capital e do trabalho, como as classes sociais.

Este sistema está mais evidente pelo menos desde a crise de 1929 até os dias atuais, basta verificar o papel que o Estado cumpre nas crises capitalistas ou mesmo o novo conceito de neodesenvolvimentismo, onde esta lógica reaparece sob outra forma, mais atual e contemporânea do que a do desenvolvimentismo.

Sendo assim, o advento do



Maria Holanda fala sobre o livro "Para além do capital"

ROBERTO OLIVEIRA

neoliberalismo é o cume desse sistema sociometabólico, onde as possibilidades de realização humana são subsumidas pelas possibilidades de realização do capital, que rompe todas as barreiras jurídicas, trabalhistas, econômicas, ambientais, territoriais possíveis para sua expansão e acumulação infinitas. O sistema, desse jeito, assume a forma de produção destrutiva, em que a produção se descola das necessidades humanas, vide a indústria bélica.

O capital, porém, pode existir antes e depois do ca-

pitalismo assumindo formas próprias, como a existência do dinheiro e do lucro antes do capitalismo, ou como na União Soviética, uma sociedade pós capitalista, onde o Estado acumulou o papel de capital, mas não destruiu a sua lógica por inteiro, mantendo a extração sobre o trabalho produzido.

Já no dia seguinte, na mesma sala, o professor de história Antonio Rago filho falou sobre a ideologia em Mészáros. E no último dia do seminário foi a vez de Maria Lucia Barroco contribuir com o debate.

Jornalismo debate biografias não autorizadas

O Departamento de Jornalismo e a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes da PUC-SP organizaram o debate "Biografia é Legal?", assunto discutido exaustivamente pela mídia, jornalistas e artistas nas últimas semanas, incluindo as implicações que a eventual aprovação do Projeto de Lei 393/2011 (que permite a publicação de biografias mesmo não autorizadas) traria para escritores, jornalistas, biografados, editoras, advogados, juizes, pesquisadores entre outros atores do mercado edi-

torial. O debate, coordenado pelo professor Wladyr Nader, aconteceu no auditório 117-A, no dia 11/11, e contou com a presença da professora e advogada criminalista Maria Eugênia Ferreira da Silva (PUC-SP), da professora e juíza federal Raecler Baldresca (PUC-SP), dos jornalistas Audálio Dantas e Paula Corrêa, do músico Marco Antônio Vilalba "Passoca" e do autor da biografia do rapper Sabotage, Tony C. Os presentes apontaram questões importantes sobre os direitos e deveres de um biógrafo, colocando questões sobre até

onde vai processo de escrita de um livro que retrata a vida de alguém. "Se a pessoa vai e coloca uma escuta na minha casa ou revira meu lixo para obter informações confidenciais, aí eu tenho total direito de processá-lo. No entanto, biografias são feitas em cima do conhecimento público sobre alguém, além de entrevistas com pessoas dos círculos pessoal e profissional e, vez ou outra, com o próprio biografado. Não há cabimento em proibir todas as biografias não autorizadas", explicou Maria Eugênia.

GAUCHE NA VIDA

Globo morre de medo da Ley de Medios

Altamiro Borges

A Suprema Corte da Argentina declarou nesta terça-feira (29) a constitucionalidade de quatro artigos da "Ley de Medios" que eram contestados pelo Grupo Clarín. Com esta decisão histórica, o governo de Cristina Kirchner poderá finalmente prosseguir com a aplicação integral da nova legislação, considerada uma das mais avançadas do mundo no processo de democratização da comunicação. A decisão representa um duríssimo golpe nos monopólios midiáticos não apenas na vizinha Argentina. Tanto que a TV Globo dedicou vários minutos do seu Jornal Nacional para atacar a nova lei.

DEMOCRATIZAÇÃO

Pelas regras agora aprovadas pela Suprema Corte, os grupos monopolistas do setor serão obrigados a vender parte dos seus ativos com o objetivo expresso de "evitar a concentração da mídia" na Argentina. O império mais atingido é o do Clarín, maior holding multimídia do país, que terá de ceder, transferir ou vender de 150 a 200 outorgas de rádio e televisão, além dos edifícios e equipamentos onde estão as suas emissoras. A batalha pela constitucionalidade dos quatro artigos durou quatro anos e agitou a sociedade argentina. O Clarín - que cresceu durante a ditadura militar - agora não tem mais como apelar.

O discurso raivoso da TV Globo e de outros impérios

midiáticos do Brasil e do mundo é de que a Ley de Medios é autoritária e fere a liberdade de expressão. Basta uma leitura honesta dos 166 artigos da nova lei para demonstrar exatamente o contrário. O próprio Relator Especial sobre Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas (ONU), Frank La Rue, já reconheceu que a nova legislação é uma das mais avançadas do planeta e visa garantir exatamente a verdadeira liberdade de expressão, que não se confunde com a liberdade dos monopólios midiáticos.

KIRCHNER

Aprovada por ampla maioria no Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Cristina Kirchner em outubro de 2009, a nova lei substituiu o decreto-lei da ditadura militar. Seu processo de elaboração envolveu vários setores da sociedade - academia, sindicatos, movimentos sociais e empresários. Após a primeira versão, ela recebeu mais de duzentas emendas parlamentares. No processo de pressão que agitou a Argentina, milhares de pessoas saíram às ruas para exigir a democratização dos meios de comunicação. A passeata final em Buenos Aires contou com mais de 50 mil participantes.

Em breve será lançado um livro organizado pelo professor Venício Lima que apresenta a tradução na íntegra da Ley de Medios, além dos relatórios Leveson (Reino Unido) e da União Euro-

peia sobre o tema. A obra é uma iniciativa conjunta das fundações Perseu Abramo e Maurício Grabois e do Centro de Estudos Barão de Itararé e visa ajudar na reflexão sobre este assunto estratégico no Brasil - hoje a "vanguarda do atraso" no enfrentamento da ditadura midiática.

Confira abaixo os quatro artigos agora declarados constitucionais pela Suprema Corte. A tradução é de Eugênio Rezende de Carvalho:

ARTIGO 41. - Transferência das concessões. As autorizações e concessões de serviços de comunicação audiovisual são intransferíveis.

Excepcionalmente, será autorizada a transferência de ações ou cotas das concessões assim que tenham transcorrido cinco (5) anos do prazo de concessão e quando tal operação seja necessária para a continuidade do serviço, respeitando a manutenção, pelos titulares de origem, de mais de cinquenta por cento (50%) do capital subscrito ou por subcrever, e que este represente mais de cinquenta por cento (50%) da vontade social. Tal transferência estará sujeita à análise prévia da autoridade de execução, que deverá expedir parecer fundamentado sobre a autorização ou a rejeição do pedido de transferência, tendo em vista o cumprimento dos requisitos solicitados para sua adjudicação e a manutenção das condições que a motivaram.

A realização de transferências sem a correspondente e prévia aprovação será punida com o vencimento de pleno direito da concessão adjudi-

cada e será nula, de nulidade absoluta.

Pessoas de existência jurídica sem fins lucrativos. As licenças concedidas a prestadores de gestão privada, sem fins lucrativos, são intransferíveis. (...)

ARTIGO 45. - Multiplicidade de concessões. A fim de garantir os princípios da diversidade, pluralidade e respeito pelo que é local, ficam estabelecidas limitações à concentração de concessões.

Nesse sentido, uma pessoa de existência física ou jurídica poderá ser titular ou ter participação em sociedades titulares de concessões de serviços de radiodifusão, de acordo com os seguintes limites:

No âmbito nacional:

a) Uma (1) concessão de serviços de comunicação audiovisual sobre suporte de satélite. A titularidade de uma concessão de serviços de comunicação audiovisual via satélite por assinatura exclui a possibilidade de titularidade de qualquer outro tipo de concessão de serviços de comunicação audiovisual;

b) Até dez (10) concessões de serviços de comunicação audiovisual mais a titularidade do registro de um sinal de conteúdo, quando se trate de serviços de radiodifusão sonora, de radiodifusão televisiva aberta e de radiodifusão televisiva por assinatura com uso de espectro radioelétrico;

c) Até vinte e quatro (24) concessões, sem prejuízo das obrigações decorrentes de

continua na próxima página

continuação da página anterior

cada concessão outorgada, quando se trate de concessões para a exploração de serviços de radiodifusão por assinatura com vínculo físico em diferentes localidades. A autoridade de execução determinará os alcances territoriais e de população das concessões.

A multiplicidade de concessões - em nível nacional e para todos os serviços -, em nenhuma hipótese, poderá implicar na possibilidade de se prestar serviços a mais de trinta e cinco por cento (35%) do total nacional de habitantes ou de assinantes dos serviços referidos neste artigo, conforme o caso.

No âmbito local:

a) Até uma (1) concessão de radiodifusão sonora por modulação de amplitude (AM);

b) Uma (1) concessão de radiodifusão sonora por modulação de frequência (FM) ou até duas (2) concessões quando existam mais de oito (8) concessões na área primária do serviço;

c) Até uma (1) concessão de radiodifusão televisiva por assinatura, sempre que o solicitante não seja titular de uma concessão de televisão aberta;

d) Até uma (1) concessão de radiodifusão televisiva aberta sempre que o solicitante não seja titular de uma concessão de televisão por assinatura;

Em nenhuma hipótese, a soma do total das concessões outorgadas na mesma área primária de serviço ou o conjunto delas que se sobreponham de modo majoritário, poderá exceder a quantidade de três (3) concessões.

Sinais:

A titularidade de registros de sinais deverá se conformar às seguintes regras:

a) Para os prestadores designados no item 1, subitem "b", será permitida a titularidade do registro de um (1) sinal de serviços audiovisuais;

b) Os prestadores de serviços de televisão por assinatura não poderão ser titulares de registro de sinais, com exceção de sinal de geração própria.

Quando o titular de um serviço solicite a adjudicação

de outra concessão na mesma área ou em uma área adjacente com ampla superposição, ela não poderá ser concedida se o serviço solicitado utilizar uma única frequência disponível na referida zona.

(..)

ARTIGO 48. - Práticas de concentração indevida. Antes da adjudicação de concessões ou da autorização para a cessão de ações ou cotas, deverá ser verificada a existência de vínculos societários que revelem processos de integração vertical ou horizontal de atividades ligadas, ou não, à comunicação social.

O regime de multiplicidade de concessões previsto nesta lei não poderá ser invocado como direito adquirido frente às normas gerais que, em matéria de desregulamentação, desmonopolização ou de defesa da concorrência, sejam estabelecidas pela presente lei ou que venham a ser estabelecidas no futuro.

Considera-se incompatível a titularidade de concessões de distintas classes de serviços entre si quando não cumpram os limites estabelecidos nos ar-

tigos 45, 46 e complementares. (..)

ARTIGO 161. - Adequação. Os titulares de concessões dos serviços e registros regulados por esta lei, que até o momento de sua sanção não reúnam ou não cumpram os requisitos previstos por ela; ou as pessoas jurídicas que, no momento de entrada em vigor desta lei sejam titulares de uma quantidade maior de concessões, ou com uma composição societária diferente da permitida, deverão ajustar-se às disposições da presente lei num prazo não maior do que um (1) ano, desde que a autoridade de execução estabeleça os mecanismos de transição. Vencido tal prazo, serão aplicáveis as medidas que correspondam ao descumprimento, em cada caso.

Apenas para efeito da adequação prevista neste artigo, será permitida a transferência de concessões. Será aplicável o disposto pelo último parágrafo do Artigo 41.

Altamiro Borges

<http://www.pragmatismo politico.com.br>

FALA COMUNIDADE

Confinados em procedimentos

Edson Passetti

Segunda-feira, 11 de novembro, 19h. A luz pisca. Estamos no elevador. Escurecido. Somos cinco pessoas. Luz novamente. O elevador estancou. Lá dentro estão um claustrofóbico, uma nervosa, um rapaz calmo, uma professora atenta e eu. O elevador não se move. Batemos na porta. Uma pessoa nos ouve. Diz para ficarmos calmos e chamará o bombeiro. O calor na segunda-feira é intenso.

Não há ventilador. O telefone não funciona. Transpiramos. Batemos na porta. Uma pessoa diz que foram chamar o bombeiro e que devemos aguardar o procedimento. Ops! O povo no elevador fica bravo. O calor aumenta, o barulho cresce. Uma voz anuncia que nos vê pela câmera instalada no elevador, mas não nos escuta. Batemos na porta. Não há sinal para o celular. Desistimos de chamar por alguém menos burocrata ou embromador. Passaram-se 20 minutos. Uma pessoa

do lado de fora informa que a Atlas já foi acionada e que devemos esperar a chegada de um técnico. Começa ficar difícil controlar o claustrofóbico. Batemos nas paredes do elevador. Suor! A voz de fora pede para nos acalmarmos. Dane-se! Depois de 40 minutos a porta foi finalmente aberta. Saímos rapidamente. Noto uma senhora com estetoscópio, duas moças atentas e pálidas e um segurança. Esta é PUC-SP segura, com suas equipes, brigadistas, vigilantes, etc e tal. Muita conversa

e embromação. Passava de 19h40. Não sei quantas pessoas ouviram nossos clamores. Só sei que vi aqueles três rostos de mulheres. Os demais, talvez apavorados com nosso barulho, tenham fugido em busca de um segurança para si, entraram sorrateiramente em uma sala de aula, sentaram-se imóveis diante de sua mesa, ou distraidamente acionaram a descarga e se afogaram.

Edson Passetti é professor do Ciências Sociais da PUC-SP e membro do Nu-Sol

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ocupação da reitoria da USP chega ao fim após 42 dias

Depois de 42 dias de ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP), mais importante universidade da América Latina, a PM e a tropa de choque cumpriram a ordem de reintegração de posse na madrugada de terça-feira, 12/11. No momento da reintegração o prédio da reitoria estava vazio, mas isso não impediu que dois estudantes que passavam em frente ao local fossem presos ao lado de fora da reitoria. Os estudantes foram liberados na tarde do dia 13/11, mas responderão judicialmente por formação de quadrilha e dano ao patrimônio.

A ocupação, que se iniciou em 1/10, foi organizada pelo DCE e pelo movimento estudantil em defesa de democracia universitária, uma vez que apenas um pequeno

colegiado é responsável por eleger o reitor da USP através de uma lista tríplice, submetida ainda à palavra final do governador do estado de São Paulo. Nas últimas eleições uspinanas, por exemplo, João Gradino Rodas, apesar de segundo colocado, foi alçado ao posto de direção máxima da universidade.

Desde o início da ocupação, o reitor se negava a negociar, e os estudantes pediam, além de uma Estatuinte, o fim da lista tríplice, mais bolsas estudantis, a abertura do restaurante universitário aos finais de semana e o aumento de vagas no Crusp, moradia estudantil da universidade.

A reintegração foi ordenada pela Justiça depois que houve uma proposta de acordo mediada pelo próprio Poder Judiciário, em que a maior parte das reivin-

dicações estudantis foram atendidas. Desde então, o movimento vinha perdendo força e divergindo quanto aos rumos da greve que se instalou na USP e da ocupação da reitoria, o que culminou no pequeno número de estudantes que ficaram até o momento da reintegração, o que também não era consenso no movimento.

Em nota, a USP afirmou que houve depredações e furtos no prédio. O DCE, por outro lado, afirmou que os poucos estudantes presos no ato da reintegração não podem ser responsabilizados por todos os danos ao patrimônio e que muitos dos danos foram influenciados pela própria instituição, em virtude do corte de água e luz do prédio da reitoria, ainda nos primeiros dias da ocupação.

População questiona morte de jovem

"Por que o senhor atirou em mim?". Esta foi a pergunta de Douglas Rodrigues ao policial que o matou com um tiro no peito, na Vila Medeiros, zona norte da capital. A frase emblemática do jovem da Vila Sabrina agora serve de mote para um ato contra a violência policial que vem vitimando principalmente jovens, negros e pobres das periferias brasileiras. Para ilustrar esse fato, os movimentos apresentaram dados de uma pesquisa que comprova que mais de 60% dos assassinatos em São Paulo é endereçado à população negra, jovem e periférica, enquanto no Brasil esse número pode chegar até 70% em alguns estados. Para divulgar a manifestação, alguns rappers como Dexter, Emicida, Flora Matos, GOG, Max BO, entre outros, gravaram um vídeo com a pergunta: "Por que o senhor atirou em mim?". O ato foi realizado na quarta-feira, 13/11, na escola estadual Vitor dos Santos Cunha, na Vila Sabrina.

Movimentos se articulam pela concessão do Sacolão das Artes

Os movimentos sociais e coletivos políticos e culturais que se articulam em torno do Sacolão das Artes, espaço de vivência comunitária na zona sul de São Paulo, estão organizando uma campanha pela concessão definitiva do espaço pela Prefeitura de São Paulo. O prédio era um antigo sacolão, onde vendia-se alimentos hortifrutigranjeiros, que foi abandonado desde a gestão municipal de Paulo Maluf e ocupado em agosto de 2007 pelos grupos e coletivos.

Ao longo dos últimos seis anos, o Sacolão das Artes luta para que o imóvel seja concedido legalmente aos movimentos sociais, tendo obtido até o momento apoio da Secretaria de Cultura. O processo, porém, ainda corre nas instâncias do poder municipal.

O Sacolão das Artes, desde o início de sua ocupação, realizou diversos encontros, debates, oficinas e atividades culturais. Além disso, sediou o Tribunal Popular da

Terra, evento que reuniu povos indígenas, quilombolas, camponeses de todo o Brasil e de mais quatro países da América Latina.

Atualmente o Sacolão possui uma vasta programação com aulas de capoeira, dança, teatro, percussão, artesanato e até "contação" de histórias, atendendo principalmente às comunidades vizinhas ao espaço. Além disso, a mais recente iniciativa que despontou no Sacolão, foi a criação do

primeiro campus da Universidade Livre e Popular, que já iniciou suas atividades e por enquanto oferece cursos de Direito, Economia e Espanhol.

Em nota, os movimentos pedem para que todos os sindicatos, partidos, coletivos e grupos políticos e culturais, além dos movimentos sociais, enviem notas de apoio à luta pela efetivação do espaço do Sacolão das Artes para o e-mail sacolaodasartes@gmail.com.

ROLA NA RAMPA

Living Drama: o ensino do inglês através do teatro

Os alunos da disciplina Oficina de Jogos Dramáticos, do curso de Letras da Fafica, ministrado pela professora Vera Cabrera, realizam no dia 27/11, no anfiteatro superior do TUCA, a partir das 8h30, a performance Living Drama Festival 2013. O espetáculo é uma atividade acadêmica, desenvolvida pela profes-

sora Vera, que por meio da representação teatral com textos em inglês pretende desenvolver o conhecimento da língua, sua pronúncia e gramática. O espetáculo foi idealizado pela professora e envolve cerca de 30 alunos que desenvolvem pequenas apresentações dramatizadas e musicadas.

Carmen Junqueira no Museu da Cultura

A antropóloga e professora da PUC-SP Carmen Junqueira, da pós-graduação em Ciências Sociais desde 1963, recebeu o prêmio Fundação Darcy Ribeiro no dia 28/10. Em homenagem à professora que dedica seus estudos à causa indígena há mais de 40 anos, o Museu da Cultura realizará uma exposição entre os dias 18/11

e 12/12, entre 14h e 19h. A mesa de abertura aconteceu na quinta-feira, 14/11, no pátio do Museu, com a presença da própria professora e também de Lucia Helena Vitali Rangel. O Museu fica no subsolo do Prédio Velho, na rua Monte Alegre, 984. Para informações, acesse o site www.pucsp.br/museudacultura.

Serviço Social realiza semana da prática profissional

Na semana passada, o curso de Serviço Social organizou a Semana da Prática Profissional, com debates entre os dias 11 e 14/11.

Na abertura da semana, Cress, Enesso, CASS, Abepss e o MPL debateram as manifestações de junho. Na terça-feira, a discussão ficou em torno do estágio e do campo da saúde. Na mesa de debates, estiveram diversos professores, alunos e convidados da área.

Segundo Jaiane Santos de Lima, que está se formando este semestre e trabalha desde o início do curso, o estágio é fundamental para entrar em contato com a prática profissional e a realidade fora da universidade. Já a professora Marli Pitarello resgatou o caráter prático do projeto político pedagógico do curso, mas disse que a medida que o tempo foi passando a teoria ganhou um espaço que é fundamental à formação do

assistente social. Segundo ela, o estágio é importante, mas principalmente quando ele é bem supervisionado, porque muitas vezes o estágio retira mais do estagiário do que contribui para sua formação. Então é necessário que a supervisão seja pedagógica e formadora, diz ela. Além deles também estiveram à mesa nomes como a professora Maria do Socorro, que falou do programa Pró-saúde, e a assistente social Patrícia Nunes, que também discorreu sobre o Serviço Social. À luz dos trabalhos desenvolvidos nos Pró-saúde, Socorro resgatou lições tiradas da experiência, como a horizontalidade na relação entre supervisor e estagiário, a abertura de espaço para a produção criativa dos jovens profissionais, a compreensão da função da atenção básica e do SUS no sistema de apoio à saúde pública e a formação de um olhar interdisciplinar, já que o Pró-saúde reúne profissionais

Semana tem mais música no câmpus Monte Alegre

O Projeto Intervenções junto com a Pro-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, com a parceria da loja Batucadas 1000 e com a participação das Escolas de música Casa da Música e Atelier de la Musique, traz novas apresentações musicais nesta semana no dia 19/11, pela manhã apresenta-se a Banda CLEP, à noite é a vez da Banda Casa da Música. No dia 21/11 a

manhã começa com Atelier de la Musique e à noite é a vez de Alessandro Mello. Finalmente no dia 22/11 uma apresentação do Projeto Intervenções pela manhã e terminando a semana a programação fica por conta do Atelier de la Musique. Os eventos acontecem sempre na Prainha do câmpus Monte Alegre das 12 às 13h30 e das 18h30 às 19h30.

Lançamento de DVD celebra a carreira de Inezita Barroso

No dia 21/11, será lançado o DVD "Inezita Barroso – A Voz e a Viola". O trabalho foi produzido conjuntamente por alunos dos cursos de Jornalismo e Audiovisual da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) e também do curso de Jornalismo e Múltiplos da Universidade PUC-SP. O documentário retrata alguns dos

momentos mais marcantes da vida da lendária cantora e estudiosa da cultura brasileira cuja carreira confunde-se com a história do cinema e da televisão. O evento contará com a presença de Inezita Barroso, e acontece no no Auditório István Jancsó – Brasileira USP, rua da Biblioteca, s/n, Cidade Universitária.



Os professores Eriberto Peres Castilho e Danielle Franco da Rocha no encontro promovido pelo Neam

de Serviço Social, Psicologia e Fonoaudiologia. Para finalizar, ela destacou que aprendeu tanto quanto ensinou aos estagiários nesses processo, que deve ser uma prática dialógica para que seja educativa.

No terceiro dia, Maira Cardoso, Mariana Avelino e Luana Rocha da Silva debatem as questões de gênero, raça e etnia no cotidiano do profissional de Serviço Social. Para finalizar a semana, profissionais de Serviço Social e militantes de movimentos

sociais discutiram o mercado de trabalho, com seus dilemas e possíveis alternativas.

NEAM

No dia 9/11, o NEAM, Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, do Programa do Pós em Serviço Social, realizou um debate sobre a questão social da infância com os professores Danielle Franco da Rocha e Eriberto Peres Castilho. O evento, que aconteceu na sede da APROPUC, foi coordenado pelas professoras Vera Lucia Vieira e Bia Abramides.